

**CONSUMO DE DISPOSITIVOS
MÉDICOS PARA A DIABETES
EM PORTUGAL CONTINENTAL
(2006 - 2008)**

Carolina Monteiro,

DAEOM - OMPS (Observatório do Medicamento e Produtos de Saúde)

Em colaboração com o Grupo de Trabalho para a monitorização da implementação dos protocolos da Diabetes.

ÍNDICE

1. Nota Introdutória.....	2
2. Metodologia.....	3
3. Análise de Resultados.....	5
3.1. Análise sem recurso a estimativa dos valores em falta.....	5
3.1.1. Evolução da despesa do SNS e PVP com dispositivos médicos abrangidos pelo 2º e 3º Protocolos a nível nacional.....	5
3.1.2. Escoamento dos dispositivos de 2º Protocolo e substituição pelos de 3º Protocolo.....	7
3.2. Análise com recurso a estimativa dos valores em falta.....	7
3.2.1. Evolução da despesa do SNS com dispositivos médicos a nível nacional e crescimentos mensal e homólogo.....	8
3.2.1.1. Análise do crescimento anual da despesa do SNS por Região e Sub-região.....	10
3.2.1.2. Evolução da despesa do SNS e variação do volume ao longo do ano de 2008 por região e peso relativo regional.....	11
3.2.1.3. Análise da despesa do SNS per capita durante períodos homólogos por Região e Sub-região.....	13
3.2.2. Evolução da despesa em valor PVP com dispositivos médicos a nível nacional e crescimentos mensal e homólogo.....	14
3.2.3. Evolução do n.º de embalagens de dispositivos médicos e crescimentos mensal e homólogo a nível nacional.....	16
3.2.4. Assimetrias Regionais e Sub-regionais na Utilização de Dispositivos Médicos.....	17
3.2.5. Tipo de dispositivo mais utilizado.....	18
3.2.6. Evolução dos consumos em valor e volume e custo médio unitário mensal para o utente (2008).....	19
4. Análise Conclusiva.....	21

1. Nota Introdutória

A equidade e a melhoria da acessibilidade aos cuidados de saúde são objectivos dos programas nacionais de prevenção e controlo da doença que permitem a definição de estratégias de intervenção e de promoção da saúde. A colaboração dos vários actores sociais envolvidos no sistema (médicos, enfermeiros, farmacêuticos, indústria farmacêutica, ordens profissionais, entidades patronais, entre outros) revela-se imprescindível no sentido de tornar possível a exequibilidade destes objectivos.

Com a reestruturação do Programa Nacional da Diabetes *Mellitus*, começou em 1998 uma parceria com todos os intervenientes no circuito de vigilância da doença verificando-se a congregação de esforços na melhoria da acessibilidade das pessoas com diabetes aos dispositivos indispensáveis à auto-vigilância do controlo metabólico e de administração de insulina.

No âmbito deste Programa foram estabelecidos sucessivamente protocolos de colaboração, os quais, permitiram um acesso cada vez mais abrangente e harmonizado dos utentes aos dispositivos para monitorização e tratamento da diabetes *mellitus*.

O 1º Protocolo de Colaboração introduziu novos aspectos como o estabelecimento de um preço de venda fixo bem como o reembolso do estado em 75% das tiras-teste (aviso n.º 17 585/98). Com o 2º protocolo os materiais de auto-vigilância e auto-injecção foram integrados num circuito análogo ao dos medicamentos, sendo directamente dispensados e comparticipados no acto de aquisição mediante apresentação de receita médica nas farmácias com actualização de preços e margens de distribuição e aumento da comparticipação das tiras-teste (portaria 509-B/2003). O 3º Protocolo veio introduzir novos preços e margens de distribuição permitindo a aquisição, por parte do utente, a preços inferiores (portaria 253-A/2008).

A consequente necessidade de avaliação da implementação dos protocolos levou à constituição de um grupo de trabalho.

O presente relatório constitui uma primeira abordagem sobre a monitorização da dispensa total destes dispositivos no espaço geográfico de Portugal Continental.

2. Metodologia

A construção de uma metodologia para a elaboração do presente relatório teve como ponto de partida a disponibilização de dados reunidos pela Administração Central do Sistema de Saúde (ACSS) sobre os dispositivos médicos incluídos nos protocolos da Diabetes Mellitus no âmbito do Programa Nacional para a Prevenção e Controlo da Diabetes.

Estes dispositivos médicos consistem em dispositivos autorizados para o controlo e auto-vigilância de parâmetros bioquímicos (glicémia, glicosúria e cetonúria), agulhas, seringas e lancetas disponibilizados às pessoas com Diabetes para monitorização da sua doença.

Os dados de dispositivos médicos consistem em informação proveniente de facturação relativa aos produtos abrangidos pelo 2º Protocolo de Colaboração e em informação proveniente da conferência de receitas médicas emitidas pelas farmácias às Administrações Regionais de Saúde dos produtos abrangidos pelo 3º Protocolo, à semelhança do que acontece com os medicamentos sujeitos a receita médica.

A monitorização da dispensa total em Portugal Continental de dispositivos médicos em valor e volume implicou a utilização de variáveis como a despesa global em PVP, a despesa do Serviço Nacional de Saúde (SNS) em valor participado e o número de embalagens de dispositivos dispensados aos utentes do Serviço Nacional de Saúde e dos subsistemas públicos de saúde. Não foi possível desagregar e analisar com maior detalhe esta última variável por tipo de dispositivo (tiras-teste para determinação da glicémia, glicosúria e/ou cetonúria, agulhas, lancetas e seringas) devido à ausência de dados relativos a sub-regiões de saúde com representatividade a nível nacional.

A observação da evolução destas variáveis foi efectuada com periodicidade mensal, com separação entre 2º e 3º Protocolos.

O recurso a estimativas de consumo, entendido como a análise da dispensa de dispositivos médicos para a diabetes mellitus nas vertentes despesa global em PVP, despesa do Serviço Nacional de Saúde e número de embalagens foi necessário para a

monitorização da evolução destas variáveis através da utilização de indicadores como o crescimento homólogo, o crescimento mensal e a distribuição geográfica a nível das regiões e sub-regiões de saúde.

As estimativas calculadas constituem uma aproximação à realidade, não traduzindo a mesma na integralidade. Assim, é possível que durante a análise de resultados se encontre alguma disparidade ou incongruência. No entanto considera-se que este facto não invalida o método.

Para o cálculo das estimativas, foi relevante a inclusão dos valores relativos aos meses de Outubro e Novembro de 2008 e, portanto, a análise de indicadores incluiu também estes dois meses.

3. Análise de Resultados

3.1. Análise sem recurso a estimativa dos valores em falta

3.1.1. Evolução da despesa do SNS e PVP com dispositivos médicos abrangidos pelo 2º e 3º Protocolos a nível nacional

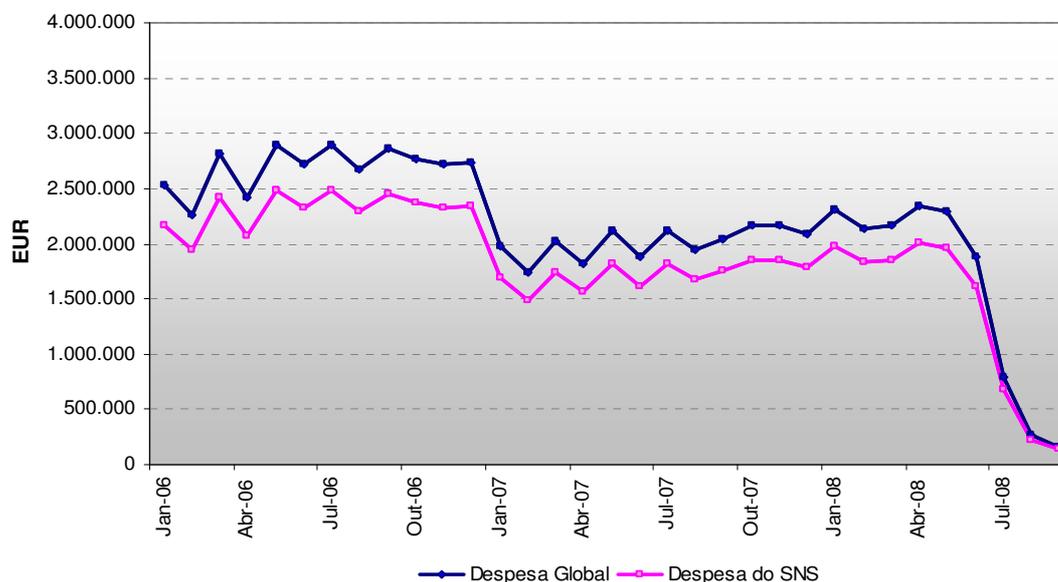


Fig. 1 – Despesa mensal do SNS e em valor PVP a nível nacional - 2º Protocolo (2006 - 2008)

No ano de 2006 a despesa mensal em PVP em Portugal Continental com dispositivos médicos utilizados para a monitorização do controlo metabólico dos utentes com diabetes *mellitus*, situou-se entre os 2.500.000 e os 3.000.000 euros e a despesa mensal do SNS entre os 2.000.000 e os 2.500.000 euros.

Em 2007 e 2008 verifica-se uma descida das despesas devido à ausência de valores relativos a sub-regiões com peso significativo (Porto, Vila Real, Leiria e Lisboa), observando-se, no entanto, um aumento gradual a partir de Janeiro de 2007.

A partir de Abril de 2008 os produtos foram-se extinguindo à medida que iam entrando novos, após a entrada em vigor do 3º Protocolo (fig.1).

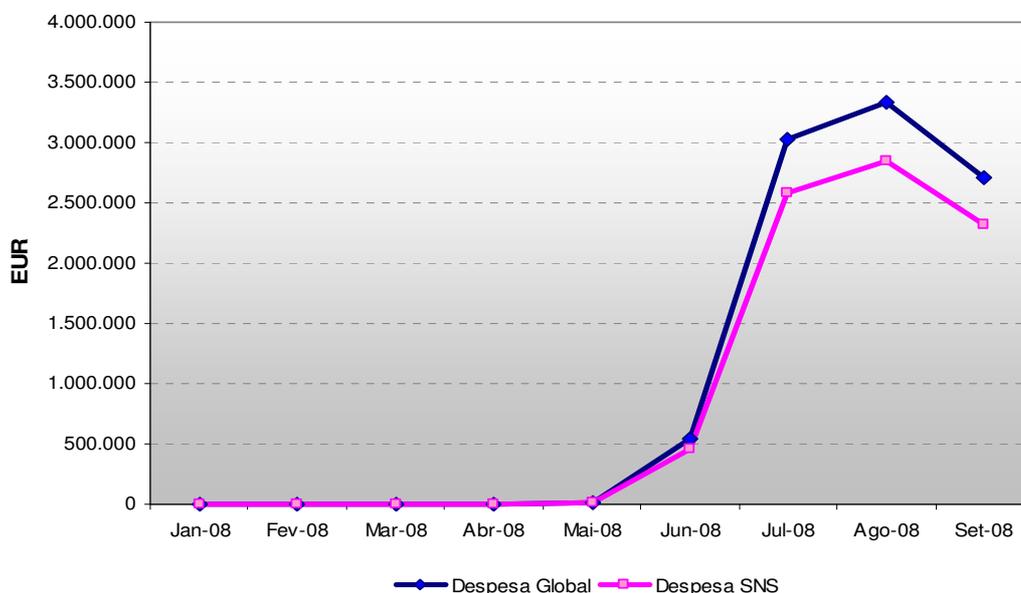


Fig. 2 - Despesa mensal do SNS e em valor PVP a nível nacional - 3º Protocolo (2008)

No ano de 2008 a despesa mensal em valor PVP situou-se acima dos 3.000.000 euros em Agosto e a despesa do SNS acima dos 2.500.000 (fig. 2).

Com o 2º Protocolo da Diabetes, os portugueses gastaram um total de 70,7 milhões de euros (entre Janeiro de 2006 e Setembro de 2008) tendo os encargos do SNS ascendido a 60,6 milhões de euros.

Com o 3º Protocolo da Diabetes, que entrou em vigor em Abril de 2008, os portugueses já gastaram 9,6 milhões de euros (entre Abril de 2008 e Setembro de 2008) tendo os encargos do SNS sido 8,2 milhões de euros.

Estes valores não incluem os dados relativos a algumas sub-regiões com peso significativo.

3.1.2. Escoamento dos dispositivos de 2º Protocolo e substituição pelos de 3º Protocolo

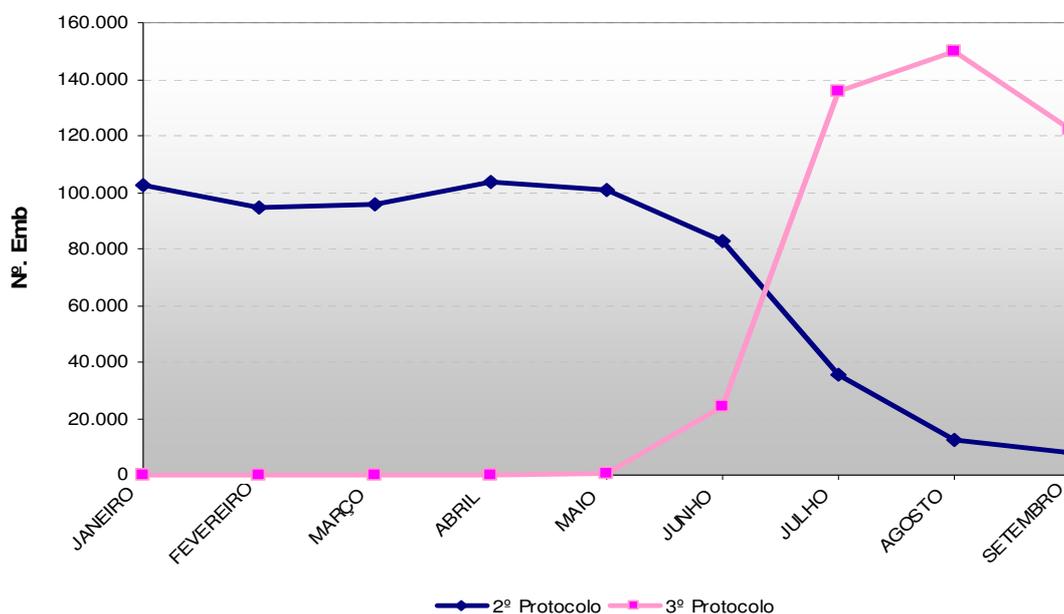


Fig. 3 – Escoamento de embalagens abrangidas pelo 2º e 3º Protocolos

Analisando o escoamento de embalagens verifica-se que, em cerca de 3 meses, houve uma substituição quase completa das embalagens do 2º Protocolo pelas de 3º Protocolo, remanescendo apenas uma quantidade residual (fig. 3). De salientar que o valor máximo de embalagens abrangidas pelo 3º protocolo foi de 149 877 (excluindo Vila Real) em Agosto de 2008 tendo este valor superado todos os valores mensais dos anos de 2006 e 2007. No entanto, os dados fornecidos relativos a 2006 e 2007 não contemplam sub-regiões: Porto, Vila Real, Leiria e Lisboa em 2007 e Porto e Vila Real em 2006.

3.2. Análise com recurso a estimativa dos valores em falta

Para uma análise comparativa do consumo de dispositivos médicos incluídos em protocolo, recorreu-se ao cálculo de estimativas para os valores de consumos em omissão em PVP, despesa do SNS e número de embalagens. Esta estimativa não

distingue o 2º do 3º Protocolos, no entanto permite uma análise global dos consumos e a utilização de indicadores para uma análise relativa.

3.2.1. Evolução da despesa do SNS com dispositivos médicos a nível nacional e crescimentos mensal e homólogo

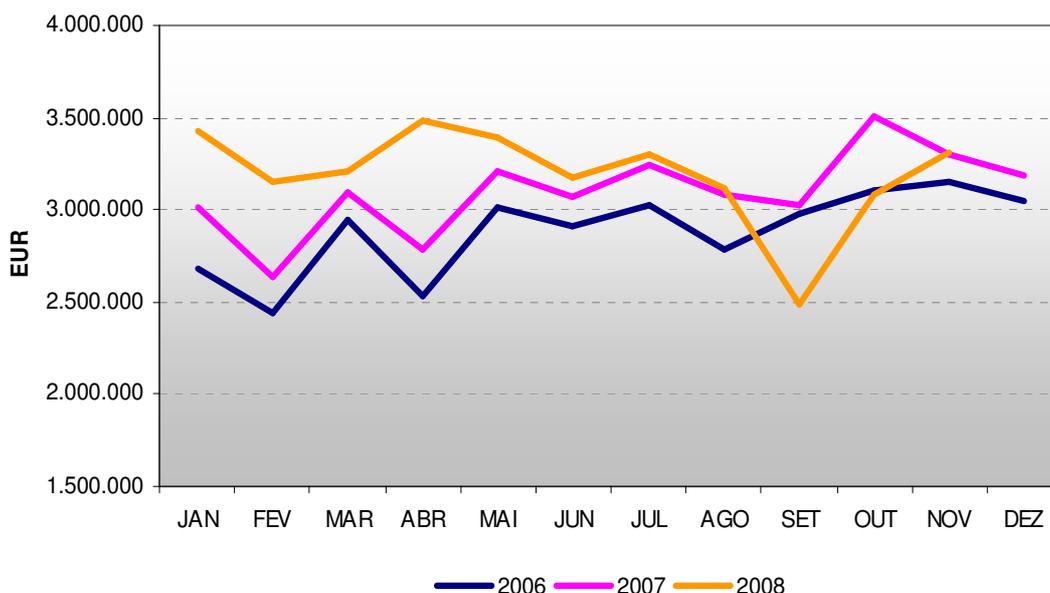


Fig. 4 – Evolução da despesa do SNS

2008			
Mês	Encargos SNS	Var. relativamente ao mês anterior	Var. relativamente ao período homólogo
Janeiro	3.429.769	7,5%	13,7%
Fevereiro	3.155.460	-8,0%	19,8%
Março	3.213.997	1,9%	3,9%
Abril	3.485.545	8,4%	24,9%
Mai	3.390.242	-2,7%	5,5%
Junho	3.179.429	-6,2%	3,4%
Julho	3.297.460	3,7%	1,6%
Agosto	3.112.627	-5,6%	1,1%
Setembro	2.486.141	-20,1%	-17,7%
Outubro	3.080.364	23,9%	-12,2%
Novembro	3.313.340	7,6%	0,5%
Jan-Nov	35.865.651	-	5,6%
Var. relativamente a 2006			13,7%

Unidade: EUR

Tabela 1 – Crescimento mensal e homólogo em despesa do SNS (2008)

2007			
Mês	Encargos SNS	Var. relativamente ao mês anterior	Var. relativamente ao período homólogo
Janeiro	3.016.437	-0,9%	12,6%
Fevereiro	2.634.521	-12,7%	8,1%
Março	3.093.434	17,4%	5,1%
Abril	2.789.636	-9,8%	10,0%
Maio	3.212.191	15,1%	6,5%
Junho	3.076.316	-4,2%	5,6%
Julho	3.244.658	5,5%	7,3%
Agosto	3.078.448	-5,1%	10,7%
Setembro	3.019.634	-1,9%	1,2%
Outubro	3.508.096	16,2%	13,1%
Novembro	3.297.218	-6,0%	4,8%
Dezembro	3.190.842	-3,2%	4,8%
Jan-Dez	37.161.431	-	7,4%

Unidade: EUR

Tabela 2 – Crescimento mensal e homólogo em despesa do SNS (2007)

A despesa mensal do Serviço Nacional de Saúde foi aumentando progressivamente, quer em 2006, quer em 2007, verificando-se alguma estabilização durante o primeiro semestre de 2008. No entanto, e considerando que o mês de Dezembro de 2008 tem um comportamento similar aos meses anteriores, o valor total de 2008 foi superior ao verificado em 2007 e 2006 (fig. 4, tabelas 1 e 2).

O mês de Setembro de 2008 regista o mais baixo consumo apresentando a mais baixa taxa de crescimento mensal (- 20.1 %) sendo imediatamente compensada no mês seguinte (23.9 %). Abril e Outubro de 2008 foram os meses que registaram maior taxa de crescimento (tab. 1).

De 2006 para 2007, o crescimento da despesa foi de 7,4%. Março, Maio e Outubro de 2007 foram os meses com maior taxa de crescimento (tab. 2).

3.2.1.1. Análise do crescimento anual da despesa do SNS por Região e Sub-região

Relativamente às dinâmicas de crescimento, de 2007 para 2008 verifica-se que apenas o distrito de Lisboa apresenta um decréscimo (na ordem dos 11.2 %). De 2006 para 2007 houve decréscimos menos acentuados nos distritos do Porto, Vila Real e Castelo Branco (fig. 5).

A região que apresenta maior crescimento de 2007 para 2008 e também de 2006 para 2007 é o Alentejo (fig. 6).

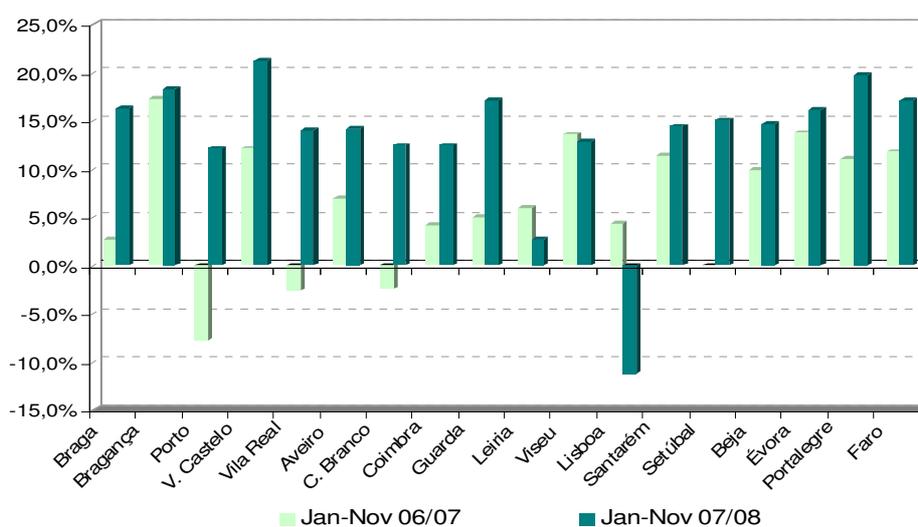


Fig. 5 – Crescimento anual da despesa do SNS (06/ 07 e 07/ 08) por Sub-região

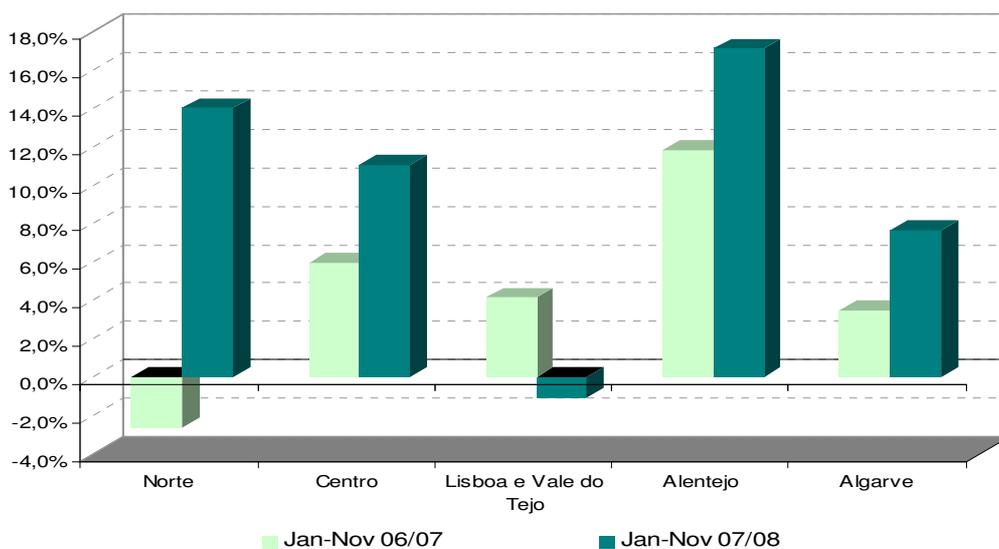


Fig. 6 - Crescimento anual da despesa do SNS (06/ 07 e 07/ 08) por Região

3.2.1.2. Evolução da despesa do SNS e variação do volume ao longo do ano de 2008 por região e peso relativo regional

As regiões de Lisboa e Vale do Tejo e Norte são as que apresentam maior representatividade constituindo 61,5 % do consumo total nacional.

As regiões que apresentam menor peso relativo são o Alentejo e o Algarve (fig.7).

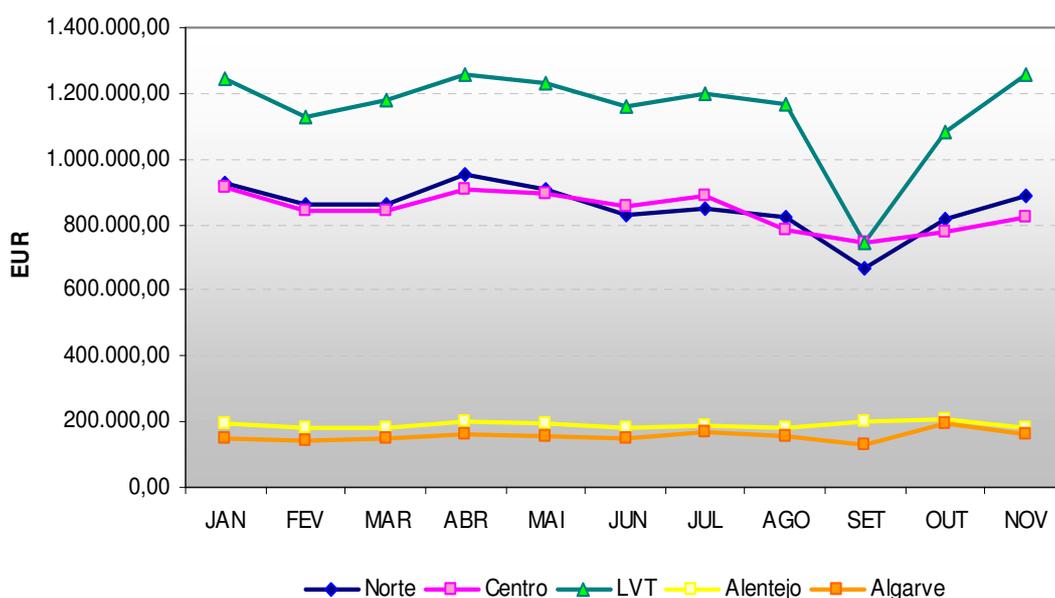


Fig. 7 – Despesa do SNS por Região - 2008

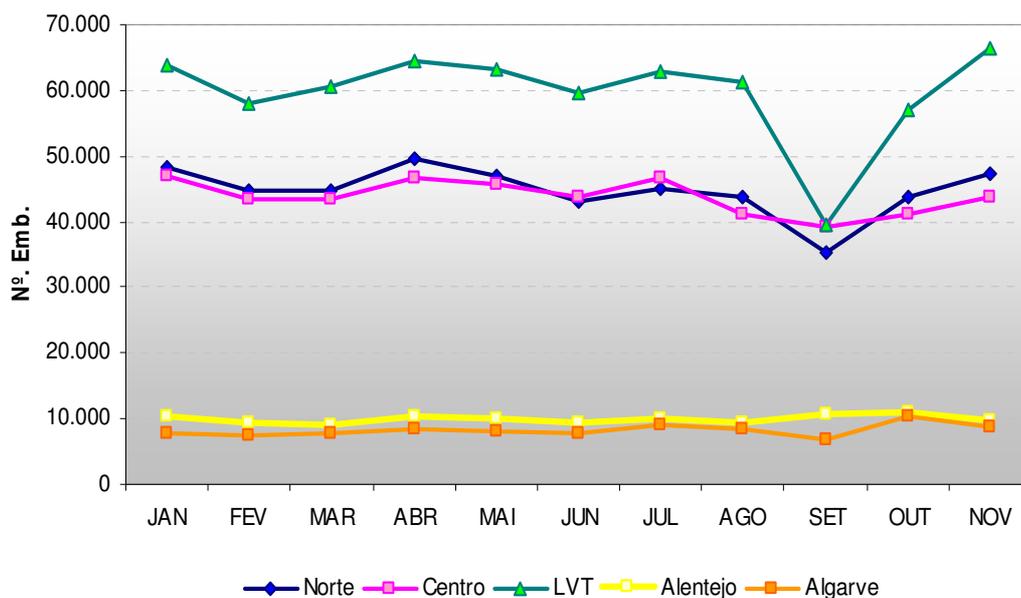


Fig. 8 – Variação do volume em n.º de embalagens – 2008

O número de embalagens consumidas situa-se na ordem das 10.000 mensais no Alentejo e Algarve. Nas regiões Norte e Centro, entre as 40.000 e 50.000 mensais e a região de Lisboa e Vale do Tejo, acima das 60.000, na maioria dos meses.

2008		
Região	Volume (n.º emb.)	Peso relativo
Norte	493.058	26,9%
Centro	481.561	26,3%
LVT	657.291	35,9%
Alentejo	109.735	6,0%
Algarve	90.783	5,0%
Total nacional	1.832.429	100,0%

Tabela 3 – Consumo absoluto e relativo por região (em n.º de emb.)

À semelhança do que acontece com o custo para o serviço nacional de saúde, também o número de embalagens consumidas é superior nas regiões Norte e Lisboa e Vale do Tejo, representando neste caso 53,2 % do consumo total a nível do país.

3.2.1.3. Análise da despesa do SNS per capita durante períodos homólogos por Região e Sub-região

O custo *per capita*, calculado tendo por base a população do SNS, é maior na região do Alentejo e menor na região Norte (fig. 10). Os distritos de Coimbra, Évora, Portalegre e Beja apresentam os maiores custos *per capita* (fig. 9).

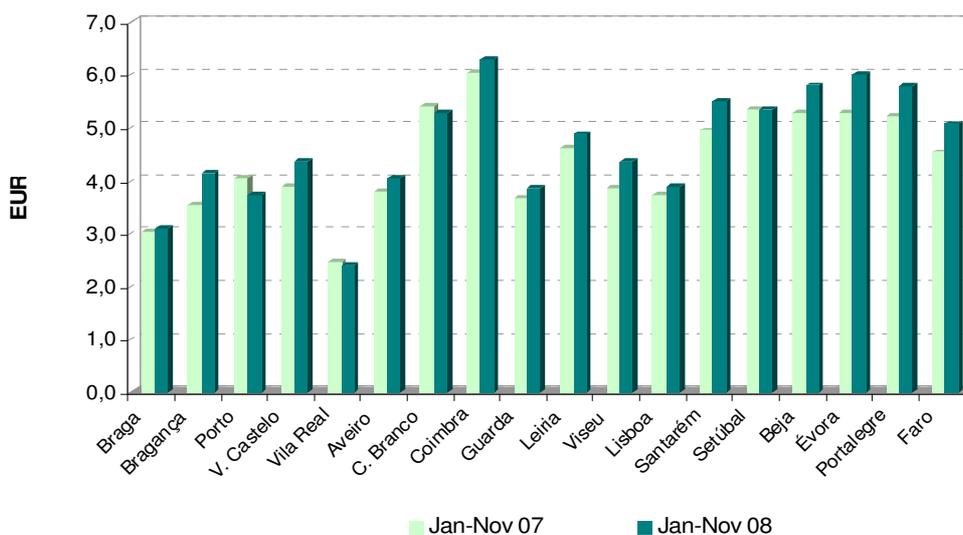


Fig. 9 – Encargos *per capita* com dispositivos médicos por Sub-região

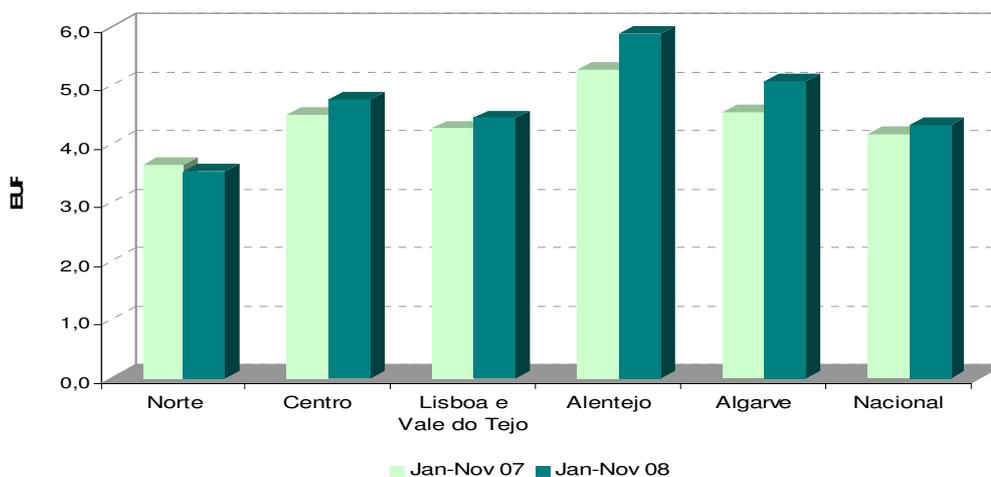


Fig. 10 – Encargos *per capita* com dispositivos médicos por Região

3.2.2. Evolução da despesa em valor PVP com dispositivos médicos a nível nacional e crescimentos mensal e homólogo

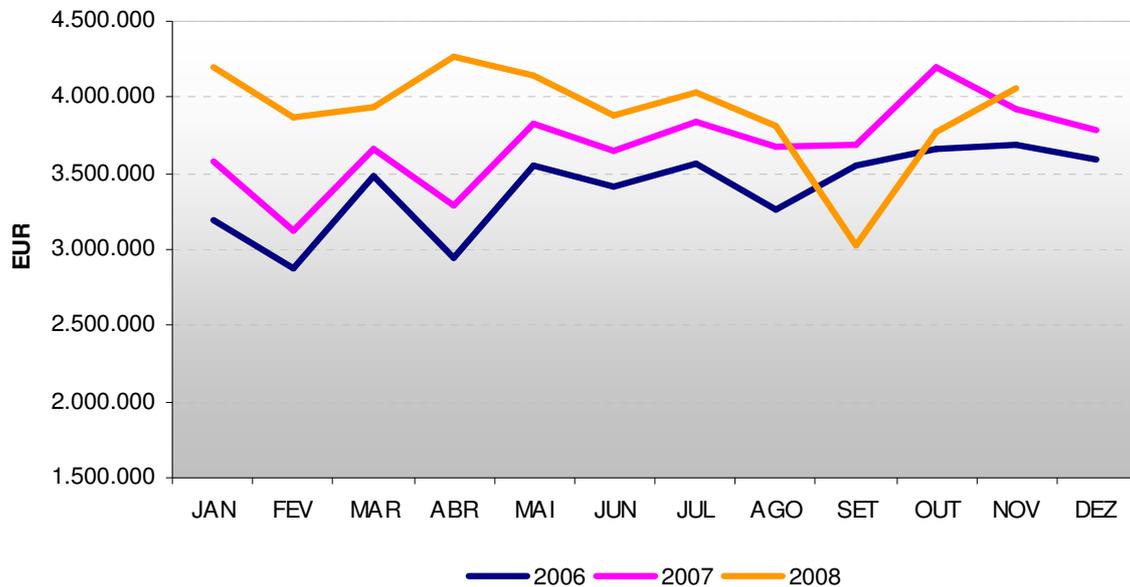


Fig. 11 – Evolução da despesa em valor PVP

A evolução seguiu uma tendência essencialmente crescente em 2006, 2007 e 2008. A alteração da curva verificada nos meses de Agosto e Setembro pode estar relacionada com a alteração no sistema de facturação, que a partir de 2008 apenas contabiliza as receitas com os dispositivos médicos efectivamente dispensados. Este comportamento é similar ao verificado no mercado de medicamentos, no entanto necessitamos de mais um ano para validar esta observação.

2008			
Mês	Despesa global	Var. relativamente ao mês anterior	Var. relativamente ao período homólogo
Janeiro	4.001.909	10,6%	17,1%
Fevereiro	3.682.239	-8,0%	23,2%
Março	3.751.452	1,9%	7,2%
Abril	4.069.193	8,5%	29,2%
Maio	3.959.440	-2,7%	8,3%
Junho	3.713.495	-6,2%	6,7%
Julho	3.853.166	3,8%	5,0%
Agosto	3.638.149	-5,6%	3,7%
Setembro	2.904.717	-20,2%	-17,7%
Outubro	3.598.519	23,9%	-10,1%
Novembro	3.869.709	7,5%	3,3%
Jan-Nov	41.041.986	-	6,2%
<i>Var. relativamente a 2006</i>			15,1%

Unidade: EUR

Tabela 4 – Crescimentos mensal e homólogo em valor PVP – 2008

2007			
Mês	Despesa global	Var. relativamente ao mês anterior	Var. relativamente ao período homólogo
Janeiro	3.417.598	-0,5%	11,9%
Fevereiro	2.988.484	-12,6%	8,7%
Março	3.498.769	17,1%	5,0%
Abril	3.148.412	-10,0%	11,2%
Maio	3.656.816	16,1%	7,3%
Junho	3.481.241	-4,8%	5,6%
Julho	3.669.736	5,4%	7,5%
Agosto	3.509.562	-4,4%	11,9%
Setembro	3.527.378	0,5%	3,8%
Outubro	4.004.142	13,5%	14,1%
Novembro	3.744.541	-6,5%	6,0%
Dezembro	3.617.809	-3,4%	5,3%
Jan-Dez	42.264.487	-	8,1%

Unidade: EUR

Tabela 5 – Crescimentos mensal e homólogo em valor PVP – 2007

Verifica-se um crescimento de 2007 para 2008 de 6.2% (tab. 3). De 2006 para 2007, os dados apontam para um crescimento de 8.1% (tab. 4). Os crescimentos mensais são análogos aos da despesa do SNS.

3.2.3. Evolução do n.º de embalagens de dispositivos médicos e crescimentos mensal e homólogo a nível nacional

Verifica-se um crescimento de 2007 para 2008 de 6.5 %. De 2006 para 2007, os dados apontam para um crescimento de 7.4 %. Os crescimentos mensais são análogos aos da despesa do SNS.

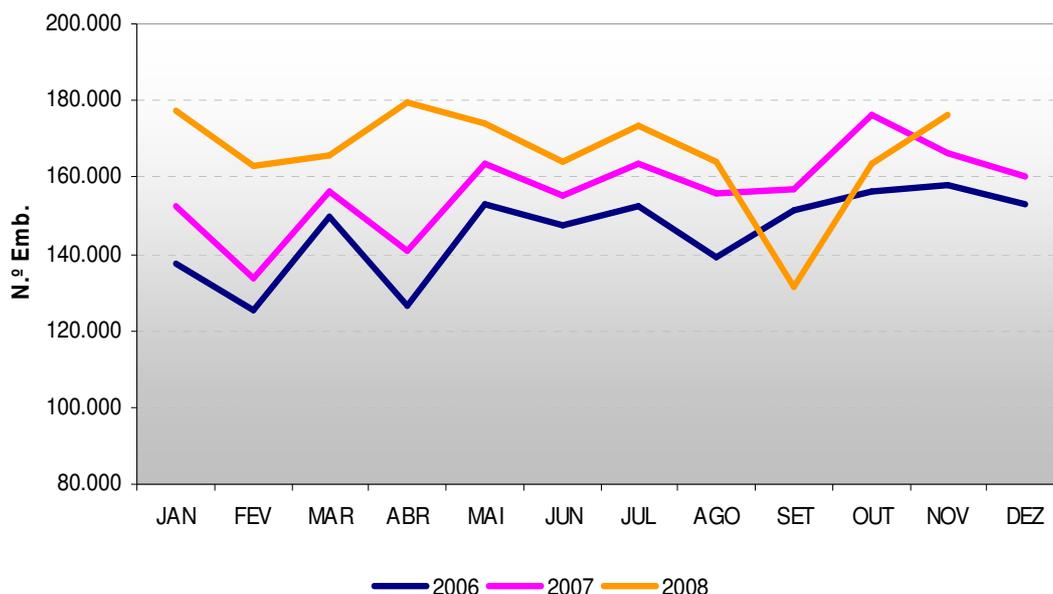


Fig. 12 – Evolução do n.º de embalagens (2006-2008)

2008			
Mês	N.º Emb.	Var. relativamente ao mês anterior	Var. relativamente ao período homólogo
Janeiro	177.455	10,8%	16,3%
Fevereiro	162.990	-8,2%	22,1%
Março	165.781	1,7%	5,9%
Abril	179.402	8,2%	27,6%
Maio	174.187	-2,9%	6,7%
Junho	163.980	-5,9%	5,8%
Julho	173.309	5,7%	6,0%
Agosto	164.135	-5,3%	5,4%
Setembro	131.684	-19,8%	-16,0%
Outubro	163.468	24,1%	-7,2%
Novembro	176.037	7,7%	5,8%
Jan-Nov	1.832.429	-	6,5%
<i>Var. relativamente a 2006</i>			14,7%

Unidade: Emb

Tabela 6 – Crescimento mensal e homólogo em n.º de embalagens – 2008

2007			
Mês	N.º Emb.	Var. relativamente ao mês anterior	Var. relativamente ao período homólogo
Janeiro	152.581	-0,1%	11,1%
Fevereiro	133.462	-12,5%	6,4%
Março	156.575	17,3%	4,5%
Abril	140.619	-10,2%	11,0%
Mai	163.285	16,1%	6,8%
Junho	155.000	-5,1%	5,2%
Julho	163.490	5,5%	7,1%
Agosto	155.769	-4,7%	11,7%
Setembro	156.755	0,6%	3,6%
Outubro	176.129	12,4%	12,5%
Novembro	166.311	-5,6%	5,3%
Dezembro	160.133	-3,7%	4,8%
Jan-Dez	1.880.110	-	7,4%

Unidade: Emb

Tabela 7 - Crescimentos mensal e homólogo em n.º de embalagens – 2007

3.2.4. Assimetrias Regionais e Sub-regionais na Utilização de Dispositivos Médicos

Analisando o consumo de embalagens por habitante, tendo em conta a população SNS ao nível das regiões e sub-regiões, verifica-se que a região do Alentejo é a que apresenta maior consumo por habitante (fig. 13).

A utilização dos dispositivos médicos incluídos no protocolo atinge maior proporção em Coimbra, Beja, Évora e Portalegre (fig. 14).

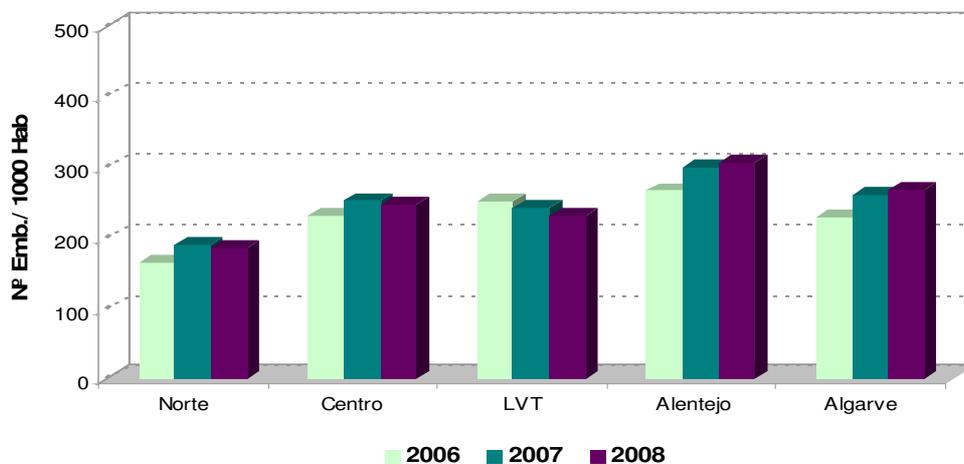


Fig. 13 – Nº Emb. /1000 Hab por Região

Nota: O ano de 2008 não inclui o mês de Dezembro

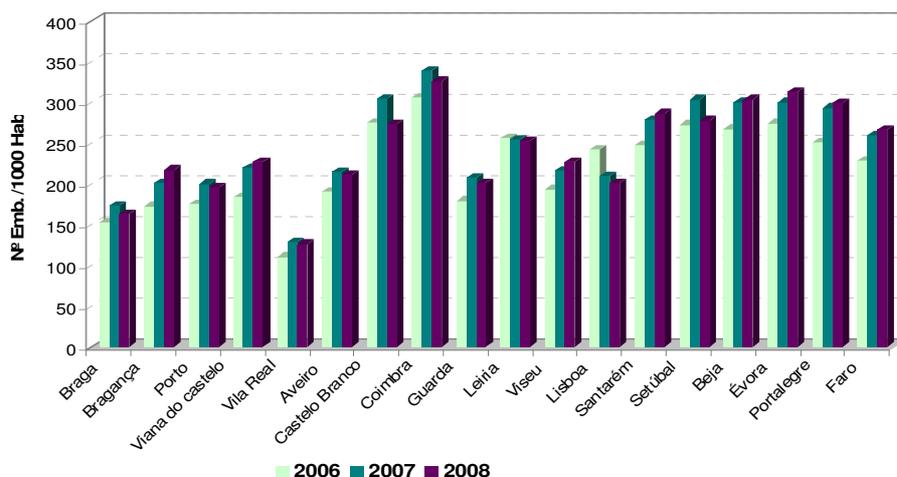


Fig. 14 – Nº Emb. /1000 Hab por Sub-região

Nota: O ano de 2008 não inclui o mês de Dezembro

A nível nacional, o consumo de embalagens por doente diabético (tendo por base o valor de prevalência do estudo *prevadiab 2009**) foi de 3,40 embalagens no ano de 2008, sendo os encargos do SNS por doente diabético de cerca de 66,6 euros.

No entanto, dada a não equivalência entre a população SNS a nível regional e a população abrangida pelo estudo de prevalência *prevadiab 2009* não é possível calcular o consumo de embalagens por doente diabético por cada região do país, o mesmo acontecendo com os encargos do SNS.

* *Estudo da Prevalência da Diabetes em Portugal (SPD)*

3.2.5. Tipo de dispositivo mais utilizado

O tipo de dispositivo médico mais usado no âmbito destes protocolos são as tiras-teste para determinação da glicémia (fig. 18), determinando estas, os custos para os utentes já que as agulhas e lancetas são gratuitamente fornecidas sendo 100 % comparticipadas.

Os dispositivos menos utilizados são as tiras para determinação da glicosúria e cetonúria (0,14 %) e seringas (0,19 %). Este último valor é reduzido devido à

substituição por canetas de semi-vida longa, as quais são disponibilizadas gratuitamente com sessão de educação terapêutica pelos centros prestadores de cuidados de saúde.

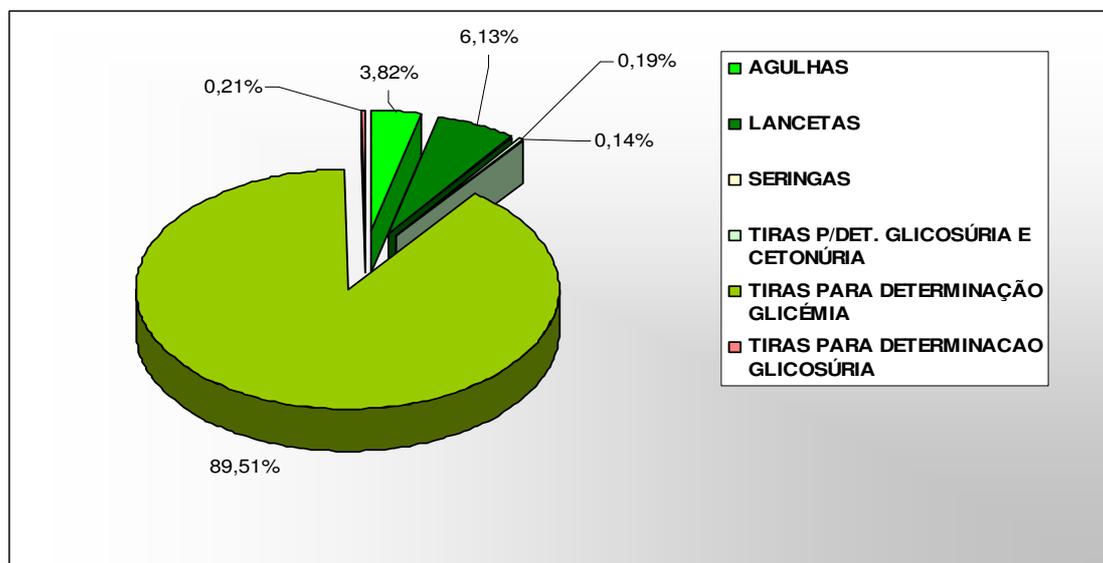


Fig. 15 – Tipo de dispositivo médico mais utilizado

3.2.6. Evolução dos consumos em valor e volume e custo médio unitário mensal para o utente (2008)

Analisando a evolução dos consumos em 2008 em valor (entendido como despesa do SNS) e volume (número de embalagens) verifica-se que o crescimento do valor não acompanha o crescimento do volume nas mesmas proporções (fig. 16). Assim, os meses de Outubro e Novembro apresentam mais divergência, significando que ao mesmo número de embalagens equivale um custo inferior. Esta situação verifica-se a partir de Julho de 2008 que é o mês a partir do qual existem valores significativos relativos ao 3º Protocolo.

O custo médio unitário mensal para os utentes do Serviço Nacional de Saúde ronda 3,22 euros em 2008 devido à comparticipação de 85 % das tiras para determinação da glicémia, glicosúria e cetonúria.

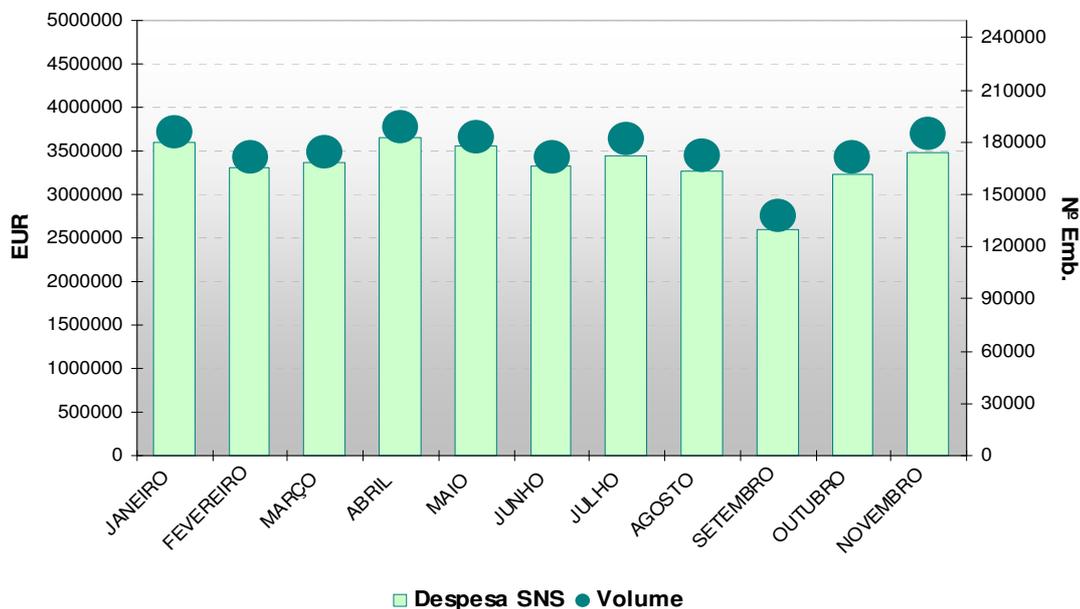


Fig. 16 - Evolução do par valor/volume

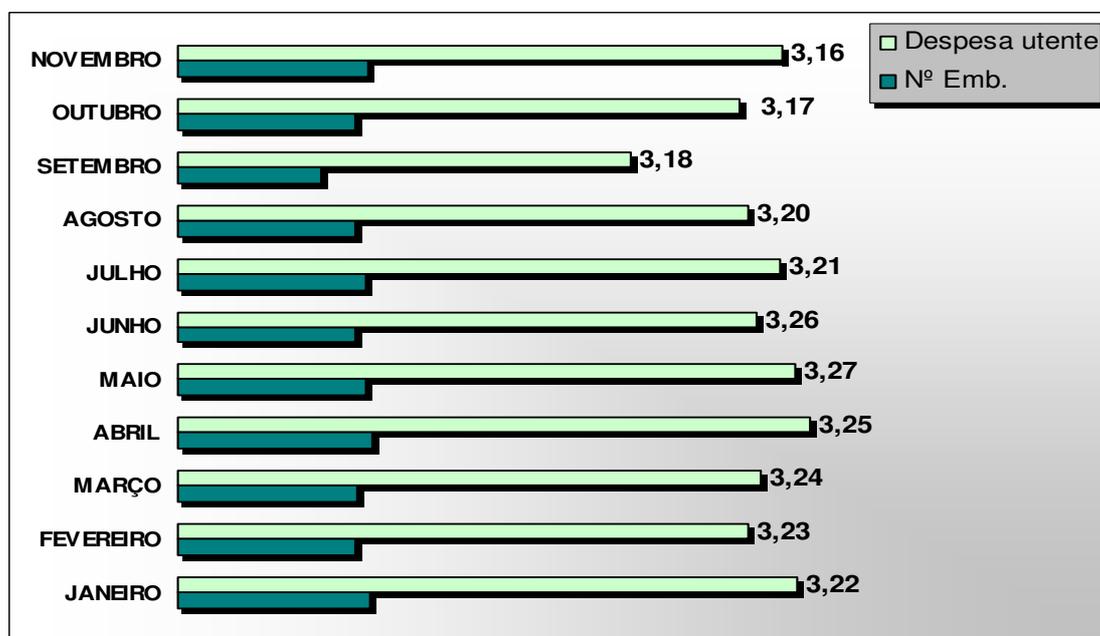


Fig. 17 – Custo médio para os utentes utilizadores dos dispositivos (2008)

4. Análise Conclusiva

A diabetes mellitus é uma doença que afecta um número cada vez maior de pessoas em todo o mundo e Portugal não é excepção. Segundo o 3.º Inquérito Nacional de Saúde (1998/1999), a diabetes mellitus afectava cerca de 5,4% da população portuguesa. O 4.º Inquérito nacional de Saúde (2005/2006) já indicou 6,5%. No entanto, o recentemente publicado “Estudo da Prevalência da Diabetes em Portugal” desenvolvido entre Janeiro de 2008 e Janeiro de 2009 aponta para um número mais elevado e mais próximo da realidade: 11,7 %. Este estudo ainda demonstra uma prevalência de 23,2% de Pré-diabetes. Assim, 34.9% da população portuguesa entre os 20 e os 79 anos tem diabetes mellitus tipo 2, anomalia da glicémia em jejum e/ou tolerância diminuída à glucose. Estes números superaram as expectativas e apontam para um consumo elevado de recursos de saúde para o tratamento da diabetes e de todas as complicações macro e microvasculares subjacentes, as quais, consomem ainda mais recursos. É, assim, importante actuar a nível da prevenção, da educação e da auto-vigilância do controlo metabólico de cada doente.

A melhoria do acesso do utente aos dispositivos médicos utilizados para a monitorização/tratamento é importante e tem vindo a acontecer com a diminuição gradual dos custos de aquisição, através de aumentos na comparticipação pelo Serviço Nacional de Saúde, diminuição de margens de comercialização e redução de preços. Na transição do 2º para o 3º Protocolo passou a haver um maior controlo sobre a despesa do SNS.

A região do país com maior utilização é Lisboa e Vale do Tejo, sendo dispensadas cerca de 60.000 embalagens por mês em 2008, no entanto, a que apresenta maior utilização por habitante é o Alentejo sendo dispensadas cerca de 300 embalagens por cada 1000 habitantes.

O preço médio unitário destes dispositivos médicos é de 22,4 euros cabendo ao utente um custo médio de 3,22 euros.